

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ata de Audiência Pública

Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Guarujá - Apresentação da Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2021, Audiência realizada no dia 30 de setembro de 2021

Sumário

Ata Audiência Pública realizada no dia 30 de setembro de 2021 ...	03
.....	
Anexos	33
Lista de presença	34
Avaliação do cumprimento das metas fiscais – 2º Quadrimestre 2021	
.....	36
Receita	37
Despesa	44
Análise comparativa Receita X Despesas	50

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ata de Audiência Pública

Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Guarujá - Apresentação da Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2021, Audiência realizada no dia 30 de setembro de 2021

VEREADOR FERNANDO MARTINS

DOS SANTOS: Bom dia. Bom dia a todos. Audiência Pública da Secretaria Municipal de Finanças segundo quadrimestre de 2021. Eu, Fernando Martins dos Santos, na qualidade de presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro que às 10 e 26 do dia 30 de setembro de 2021 fica aberta a audiência pública da apresentação e prestação de contas referentes ao segundo quadrimestre do exercício de 2021. Estão presentes aqui o secretário de Finanças, Seu Francisco, Liliane da Guarujá Previdência, dentre aqueles que dão apoio a esta Comissão aqui na Casa ou companheiro Márcio e Guilherme, bem como a presença, gostaria de registrar a presença aqui do vereador Waguinho, Aparecido Davi e Anderson Figueira. Vou passar a presidência desta audiência para o Vereador Aparecido Davi, haja vista que tenho um compromisso médico para tratar da saúde. Então, vou me retirar precisamente às 10 horas e 28 minutos.

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: Bom dia a todos. Iniciada a nossa audiência, dou a palavra ao nosso ilustre secretário de Finanças.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Bom dia a todos. Obrigado pela deferência, presidente. Bom dia aos colegas, um cumprimento Constitucional, não só pela Constituição, mas as coisas públicas tem que ser transparentes, né? E a gente tá nesse mercado há algum tempo e tem que realmente falar o que da onde vem o dinheiro e para onde vai o dinheiro. Obviamente, tudo muito resumido, né? Mas pelo menos a gente vai falar e qualquer pergunta estamos aqui à disposição. Se eu não puder responder, os colegas aqui que nos apoiam, com certeza o farão. Vou falar da receita, a receita do segundo quadrimestre de 2020 atingiu o montante de 1 bi e 22 milhões e do segundo quadrimestre 2021 atingiu o montante de 1 bi e 161, uma diferença positiva de 139 milhões e 250 mil. Motivada, principalmente, pelo aumento da arrecadação prevista na receita de Capital, ou seja, aquelas receitas que tem uma origem, um destino específico. Dessa forma, a receita total arrecadada de 2021 representa 113, 13,62% a mais do que em 2020, tá bom? Quadros comparativos das receitas. Receita tributária, tá, a gente tem aqueles,

são os tributos próprios, basicamente, tá? Nós tivemos 533 milhões em 2020 contra 632 de 2021. Receita patrimonial. Receita de contribuições, 12 milhões 345 e 326. Receita patrimonial, 3 milhões e 15 contra 3 milhões e 466. Receita de serviços, 152 contra 243. Transferências dos correntes, essas vem do estado, basicamente 431 milhões contra 446. Outras receitas correntes 13 e 455 contra 22 e 426, totalizando as receitas correntes 1 bi e 117 contra 994, ou seja, 12,46 % a mais. Receitas de capital 3 milhões e 148 mil contra 88994. Operações de crédito, que são recursos vinculados, 49.784.458.588. Alienação de bens 186 mil e 500, 182 mil e 250. Transferência de Capital 1274629141. Outras receitas de capital 431 para 2021. Deduções da receita, 35 contra 45. Total 1022 contra 1161, ou seja, 13,62% a mais em relação ao mesmo período em 2020. E aí nós temos as receitas tributárias, tá? As principais impostos, IPTU, ITBI e ISS, imposto de renda, as taxas e contribuição de melhoria. IPTU, nós tivemos uma arrecadação no primeiro do ano passado de 491, não. De impostos 491 contra 586. IPTU, 305 contra 342. ITBI, uma surpresa grande para a gente, né? Teve 30 milhões de reais contra 64,970. Imposto sobre serviços também teve um incremento significativo de 104 milhões para 132 milhões. Imposto de renda um decréscimo de 3 milhões, 50 para 47 e as taxas de 41 para 45. Contribuições de melhoria, basicamente não tem quase nada, 90 mil contra 29 mil. Tem que destacar aqui, vamos falar de ISS e ITBI, há um aquecimento imobiliária na cidade, não só em Guarujá, a gente faz com a Associação dos Secretários de Finanças das Capitais, a gente vê que todas as cidades cresceram significativamente a questão ITBI. Aqui a gente teve um incremento de 113% no mesmo período e o ISS demonstra que a atividade econômica está subindo, né? Graças a Deus você já ve um incremento na receita de serviço de 104 para 132 milhões. Obviamente esse crescimento não é aquele esperado porque a gente partiu de um número muito ruim, né? Que é 2020. Eu vou só lembrar aqui que as receitas dos municípios dos últimos 10 anos teve declínio de quase 10% em relação a última década. Então, a gente sempre faz uma comparação com valores reais, mas há um crescimento, a economia está crescendo e o município, obviamente, tem essa participação nessa receita notadamente nos postos essa receita de ISS e a gente tem aí um incremento no porto de Santos e a nossa

parte aqui do Guarujá. O ano interior, 2020, 533. 2021, 632, tá? Tem um aumento das receitas tributárias de 18%, a gente falou que das principais. O IPTU teve um pequeno incremento, tá certo? Mas notadamente o ISS e o ITBI são mais significativos em termos de arrecadação. Aqui a gente destacou, foi mais no geral, de setembro de 2019 a agosto de 2020 sucessivamente, setembro de 2020 a agosto de 2021. As receitas correntes a gente tem aí 1.580 contra 1.708 e vamos falar dos principais, né? Impostos, 686 contra 749. IPTU, 473, no mesmo período, contra 461, teve um decréscimo de 3%. O ITBI, 46 para 97, a gente cresceu 110% no mesmo período. ISS 166 para 190, tivemos 14,58% a mais. Obviamente é a retomada do crescimento, o PIB vai crescer 5,5% este ano. Claro que a parte de serviços e, a parte de ICMS e as transferências federais também vêm para o município. Aí nós vamos falar aqui do FPM outras receitas correntes, 629 contra 656, um aumento de 4,27%. FPM, 71 para 86. Ou seja, o FPM, o município nosso ele é, justamente, a parte econômica da União. Cresceu o FPM, ele é composto do IPI e do imposto de renda, né? A partir do momento que tem atividade econômica as empresas pagam imposto de renda e tem o IPI, a gente recebe um pouquinho mais. Tivemos aqui um incremento de 21%. ICMS, como havia dito, 140 para 177, 25% a mais. Há uma tendência disso fechar o exercício, presidente, a gente tem feito um estudo, acompanhamento, tá certo? IPVA, 34 para 40, incremento de 15%, obviamente aí não pelo aumento do IPVA e sim pelo aumento da frota do município, que a gente também tá fazendo um trabalho para que as pessoas transfiram os veículos para a cidade. Nós tivemos aqui outras transferências, 230 para 166. E aí nós temos a dedução do FUNDEB, transferência do FUNDEB de 150 para 183, é um valor significativo que é pelo número de alunos e também teve um aumento por conta da Emenda Constitucional do ano passado já aumentando a parte da União no FUNDEB, nada mais justo que isso. E outras receitas correntes de 28 para 30, né? Deduções, contribuição para plano previdenciário de 66 para 66. Deduções do FUNDEB, 48 para 59 milhões, com 465 contra 581. Emendas da União 750.597 1.582 contra 1.464, incremento de 0,82%. Despesa, 2 segundinhos. Se tiver alguma dúvida com relação às receitas pode, se alguém quiser perguntar pode interromper, não tem problema nenhum, tá? Se eu não souber os universitários respondem.

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: Secretário.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Pois não.

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: Depois de fazer toda a sua explanação, aí no término a gente abre para as perguntas.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Ok, tudo bem. Despesas correntes e as despesas de capital, orçamento fixado 1.314, orçamento atualizado 1.436. Despesa empenhada 1067. Despesa liquidada 881. Despesas a pagar 803, né? Por que essa diferença? Porque normalmente a gente empenha todos os contatos, empenha toda folha de pagamento e tem essa despesa a pagar, mas está dentro do orçamento. Pessoal e encargo 581, orçado 579. Despesa empenhada 377 e liquidada 377, paga 375. Juros da dívida 19. Orçamento fixado atualizado 14. Despesa empenhada 14. Despesa liquidada 10. Despesa empenhada os mesmos 10. Outras despesas correntes 713. 842 mil do orçamento atualizado. Despesa empenhada 675. Despesa liquidada 494. Despesa paga 417. E aí vamos para as despesas de capital que são as vinculadas 307. Orçamento fixado ou atualizado 340, empenhado 221, liquidada 131, paga 112. Investimentos que são as obras e instalações 287, fixado atualizado 320. Despesa empenhada 201. Despesa liquidada 119. Despesa paga 110. Amortização da dívida, orçamento fixado 20200, atualizado 20550, empenhado 20550, liquidada 11981, paga 11981. Reserva de contingência, uma bobagenzinha, e a despesa intraorçamentária que a nossa colega vai estar falando 6164 41 e 41 1685 1841, 331 o empenhado, 155 liquidado e uma despesa paga de 951 milhões. Grupos segundo quadrimestre, orçamento atualizado das despesas correntes 1.436, empenhada 1.067, relação do empenhado com atualizado 74%, capital 340 221, 65% empenhado, 1771281, 72,55%. É o mesmo quadro, André, tá repetido. É liquidado? Desculpa. Obrigado. Tá aí para ajudar a gente também, né? É que a gente tem, não enxerga direito. O liquidado no segundo quadrimestre 1436542, despesas correntes 881815, despesas de Capital 340, 130 da liquidada, total

177 contra 1013, 57%. Segundo quadrimestre do ano anterior, segundo quadrimestre, despesa empenhada 13821331, liquidada 9531055, paga 884951, 107%. Então o que a gente tem aqui é o mesmo comparativo dos quadrimestres anteriores. Despesas total com pessoal nos últimos 12 meses foram 687 milhões, 688 milhões. Receita corrente líquida 1582, representa 43% da receita corrente líquida dentro do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal que é 54%. Ao final do segundo quadrimestre de 2020 o índice será 42 e 91. A receita do segundo quadrimestre foi de 1161, a despesa empenhada 1331, houve uma liquidação de 1 bi e 55, e foram pagos 951 milhões. Resultado primário no encerramento do segundo quadrimestre de 2021, o resultado primário apurado foi de 80 milhões e 26 mil, conforme demonstrativo abaixo. Despesa primária líquida 1138, é receita primária melhor dizendo. Despesa primária líquida 1058, resultado primário foi de 80 milhões de reais. Aí tem as explicações, né? A receita primária corresponde ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, despesas primárias correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzidos os juros de amortização da dívida, resultado primário é um menos dois. Indicar os livros de gastos orçamentários que são compatíveis com a sua arrecadação que foi demonstrado. A finalidade desse conceito é indicar que os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a sua arrecadação. A gente teve 80 milhões a mais. Despesas primárias resultado primário, despesas correntes primárias, receitas primárias de capital. Receitas primárias correntes 985 contra 1108. Receita primária de capital 13 contra 30406. Receitas primárias líquidas 9981738. Despesas primárias correntes, despesas primárias de capital. As correntes 896 em 2020 e 932 em 2021. As despesas primárias de capital 80 milhões 454 mil contra 126256, total 9771058. No primeiro quadrimestre do ano passado foi de 20286266, esse ano 80026. Resultado nominal, 31/12/2020 a 31/08/2021 876 a dívida consolidada, 891 31/08/2021. Ativo 194 contra 231, haveres financeiros 7 contra 9, nos resta pagar processado -110 e -40. Deduções, dívida consolidada líquida 784 contra 691, resultado nominal abaixo da linha. Resultado nominal 93 -69128, total do ajustado 152 milhões. Dívida consolidada é sempre uma preocupação da gente, né? A gente vai ver que tivemos aqui um

acréscimo significativo na questão dos precatórios, tá certo? Mas são dívidas da Prefeitura que a gente tem que pagar, né? Dívida com o Banco do Brasil 16 contra 15, tá caindo. Financiamentos, houve um acréscimo de recurso de capital por conta dos financiamentos que a Prefeitura vem fazendo e 91 para 168 mais dentro do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. O que nos assustou foi a questão dos precatórios, muito embora nós tenhamos aí feito algumas gestões a procuradoria jurídica do município, feito algumas gestões de conta recálculo de precatório, mesmo assim a gente não tem conseguido êxito junto ao Dep, mas temos algumas ações em curso que provavelmente até o final desse exercício a gente deve ter um resultado mais promissor. Mas contabilmente nós temos aí dos precatórios 302 milhões em 2020 contra 574 milhões em 2021, isso é um risco fiscal eminente, tá certo? Se realmente isso se consolidar, você tem aquele prazo da tabela de precatório para pagar você teria que aumentar o seu dispêndio que hoje é 2, 2 e meio. É isso, André? 2 e meio, né? Era 3 e meio e a gente reduziu para 2 e meio por conta desse trabalho que a gente vem fazendo, tá? Vamos lá, André. Obrigado, pessoal. Foi muito rápido, né? Mas aqui são números, estamos à disposição para qualquer dúvida ou qualquer pergunta. Muito obrigado.

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: Vamos abrir agora para as perguntas. Mas antes de mais nada, secretário, agradecer ao senhor pelas explicações, eu já tenho algumas perguntas assim que foram...

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Fique à vontade.

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: ...surgindo diante da sua explanação. Eu vou começar pelo fim que é falando desses precatórios, porque houve um aumento significativo, né? A gente quase dobrou o número de precatórios aqui. Pode falar que dobrou praticamente.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Isso.

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: De um ano para outro. E isso se dá pelos nossos financiamentos, é isso?

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Não. Os precatórios são dívidas passadas, nós temos alguns precatórios que são de desapropriações feitas e outros precatórios por dívidas não pagas da prefeitura na parte passada. Nós temos uns dois precatórios mais ou menos bem alto que é da Vega, se eu não me engano, e um de uma outra empresa que nós estamos trabalhando para entrar com uma ação porque a gente acha que aquele acordo feito lá atrás foi prejudicial ao município e mesmo porque existe uma ação civil pública em cima disso. Estamos calculando o risco fiscal disso, tá certo? Porque se a prefeitura entra e perder ela tem uma sucumbência de 10%, então são, estamos falando de 100 milhões, 120 milhões, a gente tá calculando aí que a gente não pode tomar uma aventura de achar que você vai ganhar e perder 10/12 milhões. Eu sou a favor de entrar porque é um recurso que você tem grande chance de ganhar, mas são cálculos feitos e a Prefeitura vem rebatendo essa questão dos juros sobre juros e tem ganho na sua grande maioria, mas quando vem do Dep nós somos obrigados a colocar na dívida pública porque isso faz, veio uma ação, veio uma decisão judicial e aí a gente briga juridicamente. O senhor sabe que é meio lento, então não é tão rápido, mas nós somos obrigados a colocar.

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: A outra, secretário, esse financiamento, esses financiamentos que são de hoje 168 milhões a mais, esses vão, correm um sério risco de termos mais acréscimos para 2022?

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Não, não. Os financiamentos são ingressos de receitas da capital que a prefeitura faz, né, ela faz o financiamento para fazer as obras que o município tem. Então isso é de longo prazo. Diga.

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: A garantia desse pagamento.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: A garantia está vinculada às receitas correntes, né? Notadamente o ICMS e o FPM. É uma garantia, mas ela é de longo prazo, acima de 8 anos de pagamento. Então, a gente não impacta muito porque os juros são contratuais e não tem muito problema. O maior problema hoje da dívida pública são os precatórios, são ações judiciais que vem e te pega de surpresa.

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: Nós estamos falando de 600 milhões quase, né?

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: É muito caro. Nós reduzimos o quantitativo de pagamento de 3,5% para 2,5%, que nós demonstramos para o Dep que nós temos ações em curso e aí o Dep. reduziu esse valor, e nós também pedimos um acréscimo para o ano que vem para mais 1% para que a Prefeitura consiga negociar os precatórios com desconto de 40%. Mas isso é um processo, isso não é da noite para o dia, isso é acompanhado pelo Judiciário e o nosso, a nossa procuradoria jurídica com o precatório tem sido muito cautelosa e muito atuante. Então, eu tenho conversado com os procuradores que atuam nessa área e a gente tem obtido algum êxito.

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: Muito obrigado. Tá aberto as perguntas para quem mais quiser fazer.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Bom dia, bom dia. Vereador Professor Anderson Figueira, primeiramente quero agradecer também aqui a todos, né, secretário, principalmente em razão das explicações que estão sendo veiculadas aqui hoje nesta manhã, né? Logicamente, quanto ao mérito melhor dirá o douto plenário, mas quanto a forma aqui é excelente, a gente consegue ter uma visão um pouco mais aprofundada, né? Que, com certeza, ela vai servir para ajudar ainda mais ali a nossa as nossas ações, ou seja, o nosso acompanhamento com relação às situações que o nosso município ele vem enfrentando, tá? Então, muito obrigado e parabéns aqui pela postura, né? Fiz aqui duas perguntas. Fazendo um balanço geral com base nas explanações que foram apresentadas aqui, de que forma que o senhor consegue, vamos dizer

assim, caracterizar a situação do nosso município, avaliando tudo que foi exposto aqui? O senhor entende que hoje as despesas frente às receitas, o nosso município ele caminha no azul?

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Vamos falar no azul. Eu sempre digo o seguinte, se no município sobra dinheiro, nós somos incompetentes e se falta dinheiro, também nós somos incompetentes.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Sim. Sim.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: A gente obteve o equilíbrio orçamentário, como foi demonstrado e a gente tem uma expectativa que a gente consiga arrecadar mais sem aumentar tributo.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Sim.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Né? Foi feita na Secretaria de Finanças há 9 meses, indo agora para o décimo mês e a gente tá fazendo um trabalho de fiscalizar principalmente os grandes contribuintes. Vamos falar de porto, vamos falar da Codesp, vamos falar desse pessoal que tem um valor agregado de serviço lá. Nós também desenvolvemos uma equipe de trabalho para verificar o ICMS da cidade, muito embora o ICMS seja de competência estadual, nós temos um corpo de fiscais atuando junto às empresas para saber o valor adicionado.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Sim.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Porque ele paga de qualquer maneira, se ele errou a escrituração vai para outro município e não vem para cá, então, tanto é que esse ano a gente já teve um pequeno acréscimo no valor adicionado no índice para o ano que vem, a nossa intenção é que isso também suba. Então trabalhando com o recadastramento imobiliária e imobiliário, os dois, são pessoas que estão no município

exercendo atividade econômica e que não pagam impostos. Então, essa, esse é o nosso trabalho. Eu acredito que a gente deva ter um crescimento significativo da receita no ano que vem, mas no processo de trabalho sem aumentar o tributo, sem aumentar. O que a gente quer é largar base de arrecadação ótimo, mas hoje pelos resultados apontados aqui, a gente tá no azul.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: No azul, né?

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Temos aí com plena convicção que a nossa intenção é fechar 0 a 0, muito embora estivéssemos aqui uma piora do quadro de pandemia, fica bem claro isso. O ano passado o governo federal injetou dinheiro, esse ano colocou só 10 milhões. Ano passado foi por volta de 130 milhões de reais. Então este gasto extra que nós tivemos esse ano com a pandemia foi recurso do Tesouro. Se as receitas não tivessem subido, talvez a gente tivesse uma dificuldade financeira bem maior. Mas houve sim um crescimento, a gente demonstrou aqui que em média cresceu 10%, a gente tá bem equilibrado. Mas por conta do incremento da arrecadação, não por conta das transferências federais, que no ano passado foram bem, foram bem volumosas, não só para o Guarujá, né? Mas para todos os municípios. E esse ano foi bem pouquinho. Então de qualquer maneira é, nos prejudicou um pouco, se não houvesse a pandemia, talvez a gente estivesse um pouco melhor, mas não vamos chorar não, a gente tá no processo de crescimento e demonstrando aí que a gente tem aí receita e despesas uns 80 milhões de superávit.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Perfeito. E foi bom até o senhor comentar em relação à questão, né, desse equilíbrio, né? Até porque o próprio direito administrativo nos dá a noção de que a função básica de uma, de uma pessoa política, seja da administração direta ou indireta, não é gerar lucro, senão, única e exclusivamente, a prestação do serviço público, né? Então, é muito bom a sua resposta e eu fico feliz em saber também disso. E isso acabou de certa forma até já dando uma ênfase aqui para minha segunda pergunta, que teria também com base no que o senhor falou. Eu, eu entendo, tô falando por mim, né?

A minha visão, que diante de todo o exposto, no próximo momento, nos próximos meses nós não podemos ou não teríamos a necessidade, em hipótese alguma, de onerar ainda mais o nosso, a nossa população, seja com aumento de tributação. E o senhor confirma? O senhor entende mais ou menos por essa linha?

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Nós entendemos que o governo não trabalha com o aumento de tributos, a gente trabalha com o aumento da base tributária. Quando você tem um recadastramento imobiliário, por exemplo, nós hoje temos 115 mil imóveis que compõem o IPTU da cidade, mais ou menos isso. Eu tenho quase certeza que você fazendo recadastramento você aumentaria essa base, 125, 130 mil e além da metragem quadrada, porque a gente não tem essa coisa atualizada instantaneamente. Nós estamos fazendo um trabalho agora, contratar uma empresa para que faça isso, muito embora seja de responsabilidade dessa Secretaria de Finanças para fazer essa arrecadação. Eu estimo que devemos ter uns 4 milhões e meio de metros quadrados que possa ser lançado no futuro. A mesma coisa a questão do cadastro mobiliário, nós temos empresas que estão no município, mas não estão descritas aqui, então tem a taxa de licença, tem todas aquelas taxas que aumentam a arrecadação. O nosso trabalho é esse. Outro trabalho que nós vamos fazendo também é um REFIS agora e a nossa ideia é sanear toda aquela dívida pública, toda aquela receita pública tá lá, que tem muita coisa podre. Nós estamos 6.8 bilhões de dívida ativa e nós temos certeza isso daí vai chegar uns 3.5 no máximo, né? Então a gente vai fazer uma higienização do cadastro, provavelmente lá na frente a gente vai ter que mandar um projeto aqui para a Câmara para fazer uma reemissão dos pequenos valores. Mas são trabalhos de médio e longo prazo, vereador, não é da noite pro dia, mas isso é um trabalho de arrecadação da despesa. A despesa é aprimorar os gastos públicos e a receita você também é aprimorar a tua arrecadação. A gente tá modernizando toda fiscalização, gente já tem tablet, agora saí no nome da secretaria, nós já vamos estar com domicílio tributário eletrônico, nós vamos fazer, estamos implantando, se Deus quiser até dezembro, para as pessoas abrirem sua firma em casa, não precisa ir na prefeitura, a gente vai disponibilizar no site da prefeitura se a localidade é viável ou não.

Então a gente tá trabalhando nesse processo e eu digo sempre o seguinte: contribuinte bom é aquele contribuinte que fica dentro de casa, né? Tá? Nosso trabalho é esse e o prefeito tem nos dado esse apoio constantemente.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Fico feliz também em saber que a posição também do senhor, o entendimento, né? Na realidade ele também caminha nessa mesma linha, né? E acredito que até a nossa população, de certa forma, ela vai poder suspirar, né? Aliviada, porque realmente, saindo, saindo não, vivendo ainda, né? Os reflexos de uma pandemia que já entende, né? Há bastante tempo e as coisas aumentando de repente um pouquinho mais à frente, se deparar com novos reajustes ou aumento de taxas e contribuições, com certeza isso afeta, né? Ali a nossa população, né? Então acredita que a população vai poder suspirar até mais aliviado no sentido de saber que a prefeitura está trabalhando com essa linha para que eles não sejam, não sofram, né? Nenhum aumento de tributação, fico feliz.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: A nossa ideia não é aumentar, eu sempre falei, um aumento sai de 2% e passa para 4%, por exemplo, você não aumenta 100%. Faz os reajustes normais que tem que ter por causa da inflação e aumentar a nossa base de arrecadação. E nós temos certeza disso, eu falo porque já tenho uma certa experiência, já tem ai 45 anos de serviço, 25 como secretário de Finanças em outros municípios e a gente sabe que existe um potencial de aumento de arrecadação, certo? E mesmo porque se a economia está crescendo, temos uma década perdida, quem tá na área sabe que nós perdemos pelo menos 10% de PIB nos últimos dez anos. Então, com o PIB crescendo, o município também cresce. As pessoas começam a gastar mais, o comércio vende mais, a indústria vende mais e você tem um reflexo dos impostos. E sendo mercadorias, você tem 25%, nós estamos trabalhando hoje a fiscalização nossa, nós temos um grupo de fiscais que vai atuar dentro das empresas para verificar o valor adicionado, aquilo pertence ao município do Guarujá. Vamos supor, uma Santos Brasil, vou dar um exemplo esdrúxulo, mas de repente você tirou uma nota na parte de Santos ao invés de ser do Guarujá, o estado recebeu,

quem perdeu fomos nós. Essa orientação que os contadores para que as pessoas façam para essa situação normal e que venha para o município que nos pertence, essa é nossa intenção. Tudo falando no exemplo do ICMS que ele não tem nada a ver, mas tem muito a ver porque o ICMS, hoje, representa o terceiro maior imposto nosso. IPTU, ISS e ICMS. Então a gente que colocar como segundo, porque existe o potencial econômico na cidade.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Existe alguma possibilidade de, de repente, não da população, de alguma forma ela não ser cobrada se quer das, vamos supor assim, das taxas com relação à questão da inflação, o senhor enxerga alguma possibilidade nesse ponto?

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Eu não posso te responder agora.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: É difícil, né?

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Porque a gente tem, você tem custos, né?

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Sim.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: A prefeitura de qualquer maneira ela arrecada e transfere seus recursos em obras e serviços à população, não posso responder agora, porque a gente não tem nada em mente sobre isso. Mas acredito que não seria acima da inflação. Se for acima da inflação tem que falar com a Câmara, a nossa ideia no máximo seria a inflação.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: E com relação aos empréstimos, né, que o Executivo ele vem se preparando para estar realizando, embora sejam para melhorias para nossa cidade, o senhor enxerga alguma possibilidade de repente desses empréstimos em algum momento, ele dar errado e virem a onerar os cofres públicos?

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Não, porque é uma dívida já contratual, ela já existe, o prazo de amortização e juros estabelecidos. Eu não vejo nenhum risco fiscal referente a isso. O que nós estamos trabalhando é para diminuir esse, essa, essa situação de pedir empréstimo para você fazer obra, tá certo? Ou seja, você teria que ter uma receita corrente superou as tuas despesas correntes, tá certo? Então essa diferença que seria para você investir em obras e serviços, em cobra de investimento na cidade. Hoje, a Prefeitura do Guarujá, ela tá muito próxima das suas receitas correntes, tá próxima de suas despesas correntes, nossa intenção com esse trabalho que a gente tá fazendo é aumentar isto, tá certo? Tentar diminuir o gasto público para que sobre esse delta para você investir e não depender de empréstimo externo para você fazer obras na cidade. Esse é nosso pensamento, esse é o pensamento do prefeito e do ponto diretivo da prefeitura.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Ok, muito obrigado.

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: Mais alguém tem alguma pergunta para fazer?

MÁRCIO FERREIRA: Deixa eu falar, seu presidente, por favor. Bom dia para todos, meu nome é Márcio Ferreira, faço parte da comissão de apoio à Finanças e Orçamento aqui da casa. E a minha pergunta é justamente em relação aos 3 principais Tributos que envolvem a arrecadação da Prefeitura. E a gente sabe que uma das maiores problemas principalmente com relação ao IPTU, IPTU não, ao ISS, é a informalidade, não só na cidade, como no país. E eu gostaria de saber qual é o pensamento, esforços e ações que a secretaria faz que com certeza juntamente com outras secretarias devem fazer parte para que se possa melhorar a arrecadação nesse sentido, né? Tirar o pessoal da informalidade, trazer pra formalidade, com certeza isso traria um pouco de arrecadação a mais, né? Não só com relação ao ISS, mas o IPTU e o, esqueci o terceiro agora, mas com relação a esses impostos. E também para não onerar o munícipe que tem direito a isenções, isso

existe um trabalho a médio e longo prazo para esse ano mesmo nesse sentido. Obrigado.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: O trabalho. Obrigado pela pergunta. O trabalho nunca deixou de existir, né? A gente sempre faz de maneira que tire o cidadão da informalidade, nós acabamos de minutar um projeto de lei de incentivos fiscais, justamente para tirar esse cidadão da informalidade e trazer para formalidade. No sentido que a pessoa começa a produzir, outra coisa também é que nós estamos fazendo todo cadastramento imobiliário e mobiliário da cidade, a gente vem fazendo um trabalho constante que você identifica essa situação e traz pra dentro da prefeitura para você começar a estudar o que tem que ser feito, né? Esse é o nosso trabalho Inicial, mas diria pra você que o grande mote seria você trazer as pessoas para pagar tributo. E as pessoas às vezes não querem, acham que vão trabalhar sem licença, enfim. Mas esse trabalho que tá fazendo cotidianamente e a gente tem colhido alguns resultados. Obviamente não espero, mas é uma constante, um crescimento, a gente tá fazendo de uma maneira bem singela esses dois trabalhos e o terceiro trabalho que já foi feito, já foi minutado faz uns 10, 15 dias, é uma lei de incentivo para atrair novos investimentos para a cidade, é essa nossa intenção. Não sei se te respondi.

MÁRCIO FERREIRA: Sim. Só para

complementar também a pergunta, faltou. Com relação a burocracia, porque eu sou funcionário da casa, a gente está sempre em contato com os assessores e vereadores aqui e uma das grandes reclamações das pessoas que vem nos pedir auxílio, é exatamente da burocracia. Por isso que eu falei de trabalhar junto às outras secretarias, porque, poxa, tem que ir na secretaria, faz um pedido, aí paga uma taxa, espera se não sei quantos dias e que não sei o que. Seria possível diminuir essa burocracia municipal?

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Antes de vir para essa reunião, a gente estava tratando justamente sobre isso, tá? E a nossa proposta é que: contribuinte bom, é contribuinte em casa, né? E nós estamos tratando que as pessoas possam conseguir abrir as suas empresas

com seu laptop. Ou seja, nós estamos, vamos implantar todo, todo o zoneamento da cidade à disposição do contribuinte que ele vai clicar na Rua Chile, nº 45 o que pode ser colocado ali ou não, vai ser online. Eu acredito que mais os dois, três meses a gente já esteja já nesse patamar. Essa é nossa intenção. Acabei, era 9 horas da manhã, a gente foi fazer uma reunião sobre isso. Esse trabalho vem sendo feito há algum tempo, né? Já tem o via rápido que não é tão rápido assim, nós sabemos disso. Mas isso é um complemento, o cidadão já sai com a inscrição Municipal da sua casa. Essa é nossa intenção.

MÁRCIO FERREIRA: Satisfeito.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Acredito eu que até dezembro a gente já deva ter isso implantado na cidade, não dá para fazer da noite para o dia.

MÁRCIO FERREIRA: Agradeço.

Beleza.

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: Mais alguém gostaria de fazer alguma pergunta? Ok. Temos a parte ainda do Guarujá Previdência que eu gostaria de abrir também.

PLATÉIA: Bom dia. Bom dia.

Secretário, só podia tomar uma observação a ser feita, que é que quando nós vamos ter acesso ao Portal da Transparência, fica meio que vago que nós achar e encontrar onde as despesas, elas estão diretamente sendo ali gastas, né? Sendo ali destinado, exemplo disso, quando a gente pega relatório, não se gera o pdf, não sei se algum problema técnico do próprio site. Enfim, então, fica meio que munícipe que meio que leigo, digamos assim, de não encontrar as informações para onde está ali sendo mais específico a destinação.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Tá, na realidade é questão só de espaços de máquina, a gente pode fazer algumas abas com o cara pode clicar ali em cima e onde está a despesa. É um trabalho, a tua sugestão nós vamos levar para o pessoal do Portal da Transparência fazer isso.

Nós não temos o que esconder, despesa pública é despesa pública e é público. Não tem como fazer, entendeu? Então, pode ser, a gente cria uma aba, dá um clique a mais e explode a despesa, ao invés de ser um número genérico, pode ser detalhado, sem problema algum. Será anotado isso daí e a gente vai ver se é possível fazer o quanto antes.

PLATÉIA: Obrigado.

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: Não havendo quem queira perguntar, eu vou abrir à dona Liliane do Guarujá previdência para fazer a sua apresentação também.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Muito obrigado a todos, tá? Tenham um bom dia.

CONTADORA DA GUARUJÁ

PREVIDÊNCIA LILIANE DA SILVA E SILVA: Bom dia, a todos e a todas. Na ausência do nosso diretor-presidente que teve outro compromisso, eu vou fazer a apresentação aqui do 2º quadrimestre. Eu sou a contadora montadora da Guarujá Previdência e atual gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças. Pode começar. Vou também como a prefeitura, pelas receitas. Como é de conhecimento de todos aqui as nossas receitas, elas são em sua grande maioria oriundas das receitas de contribuições, né? Então a gente colocou aqui na primeira coluna as receitas para fazer um comparativo entre as receitas do 2º quadrimestre de 2020 e de 2021, tá? A gente pode de cima para baixo, tá? Pelo total. As receitas correntes totalizaram em 2020, no 2º quadrimestre, 46 milhões 158 mil e 2º quadrimestre 48 milhões e 79 mil reais. Elas se dividem as receitas de contribuições, receitas patrimoniais, que como eu falei anteriormente são as nossas principais receitas, tá? Na receita de contribuição nós tivemos 28 milhões e 960, em 2020, e 39 milhões 200 mil reais. Esse aumento significativo se dá principalmente pelo aumento das alíquotas, né, que em 2020, a parte do servidor era 11% e em 2021 foi para 14%. Nas receitas intra orçamentárias, são aquelas receitas, né, dentro do município, nós tivemos que são basicamente também as receitas de contribuição patronal. Nós

tivemos em 2020: 35 milhões 78 mil; em 2021: 43 milhões e 762 mil. Também é por conta, esse aumento, foi por conta do aumento da alíquota, tá? Nós tínhamos 13.48, a parte patronal em 2020, a partir de 2021 ficou em 15.25. Na terceira coluna ali é a previsão para receita para o ano inteiro, tá? Então nós temos 78 milhões e 584 mil reais para as receitas correntes, dividindo-se em receita de contribuição é 62 milhões 805, e receita patronal 14 milhões e 480. E na receita orçamentária 65 milhões e 231 mil. Já na quarta coluna, ali, nós temos a previsão para o segundo quadrimestre. Para a receita corrente um total de 52 mil e 389, dividido pra receita de contribuição: 41 milhões e 930; e pra receita patrimonial 9 milhões e 653; e para outras receitas correntes 806 mil. E para as receitas intra orçamentárias nós tivemos aí uma previsão de 43 milhões 487. Na verdade, se vocês forem observar, a gente faz uma formulazinha ali, por isso que. Não, mas tá dentro, porque quando você ver a receita realizada pro previsto, ele é muito próximo. Pode passar, Andréia. Nós vamos, fizemos a divisão aqui para ter uma melhor visualização da contribuição por entes, tá? Na receita patronal, melhor, da receita vinda da Prefeitura, de contribuição, nós temos segregação de massa, portanto, ali a gente vai ter divisão de admitidos até 2000 e após 200-, e após 2000 que no caso é o plano financeiro e o plano Previdenciário. Na contribuição do Servidor, esses dois planos totalizaram 37 milhões 838 mil, e na contribuição patronal 42 milhões e 608 mil, totalizando 80 milhões e 519 mil de contribuições vindas da prefeitura. Da Guarujá da Previdência, nós temos agora só o quadro mesmo do Previdenciário, não temos nenhum servidor atualmente do plano financeiro. Então, a parte da contribuição do servidor foi 108 mil e 487 reais, e a contribuição patronal 125 mil e 49, totalizando 233 mil 536 reais. Nós tivemos também o recebimento da Câmara. Na Câmara também a gente tem a segregação de massa tem um pessoal do plano financeiro e do plano previdenciário. A contribuição de ambos os planos totalizaram 677 mil, e a contribuição patronal 782, um total de 1 milhão e 459. E nós temos também servidores, atualmente temos três servidores cedidos. A contribuição do servidor foi 744 e a patronal 8 mil 832, totalizando 16 mil e 576. E nós temos também ainda, né, a contribuição dos inativos e pensionistas, aqueles que superam o teto do INSS, têm incidência da contribuição. Então aqui nós dividimos em três partes,

ali ó, inativos da Lei 1212 que são os remanescentes da lei 1212 e a gente tem da Câmara também. Eu vou só passar e já vou para baixo, se vocês tiverem qualquer dúvida podem indagar. Os inativos da 1212 da prefeitura, temos inativos 1212 da Câmara, temos inativos que são pagos pela Guarujá Previdência, do plano financeiro, temos os inativos do plano previdenciários, pagos pela Guarujá Previdência e pensionista da lei 1212, pensionista do plano financeiro e pensionista do plano Previdenciário. A gente arrecadou até o 2º quadrimestre, 559 mil e 293 reais. Então, a gente teve um total, voltando à receita, entre contribuição patronal e do servidor, de 82 milhões e 788 mil reais. Pode passar. Nas despesas aqui nós fizemos também um comparativo entre os três exercícios, tá? Até o segundo mestre, até o segundo quadrimestre de cada um. Nós tivemos uma receita corrente, esse aqui é o total geral de 2019: 38 milhões e 709 reais, essa é a despesa empenhada tá? Segundo quadrimestre de 2020: 35 milhões e 120 mil. E no segundo quadrimestre deste exercício 49 milhões e 445 mil, nas despesas correntes. Na despesa de capital, tivemos o desempenho de 90 mil e 982 em 2019, 13 mil 393 em 2020 e até esse quadrimestre 19 mil e 478 e 50. Totalizando ali o final de cada exercício: 38 mil e 800 de 2019, 35 mil e 183 de 2020 e 49 mil e 465 em 2021. Agora a gente tem aqui o total da despesa, o orçamento, orçamento fixado foi aquele efetuado na LOA, que a gente tem 151 milhões e 029 mil reais. O orçamento atualizado permaneceu no mesmo valor, 151 milhões e 029. A despesa empenhada foi de 49 milhões e 475. A despesa liquidada foi 25 e 150 mil. E a despesa paga, exatamente correspondente a despesa liquidada 25 e 150 mil reais. A gente faz uma divisão, só para melhor visualização, das despesas com inativos e pensionistas e depois a gente faz sobre a despesa administrativa do Instituto. Nós tivemos aqui um total, como eu já tinha falado, nós temos lá inativos em três campos, tá? A lei 1212 do plano financeiro e do plano previdenciário, vai ficar cansativo eu falar todos os valores, então eu vou, a não ser que vocês queiram que sejam assim. Então eu vou já para o final total. E as pensões também, a gente tem as pensões da Lei 1212, as pensões do plano financeiro e as pensões do plano previdenciário. Correndo pela linha ali, a gente tem outros benefícios, outros benefícios previdenciários que não fizemos uso do recurso, temos a de inativos de compensação previdenciária financeiro,

também não tivemos nenhum pagamento de compensação, nem do plano financeiro e nem no plano previdenciário, tá? O orçamento inicial total foi de 45 milhões e 61 mil reais para pagamento dos benefícios, o orçamento atualizado ficou em 45 milhões e 52 mil. As despesas empenhadas pelas despesas foi de 41, 40 milhões e 950 mil. Liquidado: 222 milhões 870. E pago também no mesmo valor: 22 milhões e 870. Aqui embaixo a gente só coloca a fonte 1. A fonte 1 seria a responsabilidade do Tesouro, ou seja, são os benefícios pagos pela prefeitura. E a fonte 4 são os benefícios pagos pela Guarujá Previdência, tá? Então no total a gente só faz uma separação mesmo para melhor visualização. Aqui a gente também colocou os pagamentos de pensionistas inativos nesses 4 meses. Se tiver interesse que eu fale valores, vocês fiquem à vontade aí, ou eu posso ir direto para o final, tá? A gente teve ali em maio o total, no segundo quadrimestre, até o segundo quadrimestre a gente teve 78, 78 pensões no plano financeiro, totalizando 1 milhão e 567 mil. Tivemos do plano previdenciário 61 pensões, totalizando 655 mil reais. E de pagamentos de aposentadorias, até o segundo quadrimestre, 283 aposentadorias, totalizando um valor de 5 milhões e 585. E do plano previdenciário, 40 aposentadorias, totalizando 603 mil reais. A gente só faz aqui um breve comparativo entre os benefícios, né? para a gente ver a progressão. E no segundo quadrimestre de 2021, 78 pessoas com pagamento, totalizando 1 milhão 567. E do plano previdenciário, 34 pensões no valor de 35 mil. E no segundo quadrimestre, 61 pensões no valor de 655. Abaixo aqui a gente vai para os inativos do plano financeiro, inativas no 1º, no 2º quadrimestre 2020 já tava totalizando 195 aposentadorias com o valor de 3 milhões 465. E no segundo quadrimestre, 283, totalizando 5 milhões e 985. E do plano previdenciário em 2020, 30 aposentadorias, totalizando 391 mil reais. E no 2º quadrimestre de 2021, 40 aposentadorias, totalizando 603 mil reais. Pode passar. Aqui a gente tem os tipos de aposentadoria, tá? Do plano financeiro, nós temos duas aposentadorias compulsórias, temos nove invalidez, aposentadoria por idade, 64, e voluntária por tempo de contribuição, 121, e por magistério, 87. No plano financeiro totaliza no total das aposentadorias 283. E do plano previdenciário nós temos 7 aposentadorias por invalidez, 19 aposentadorias por idade, 11 aposentadorias por tempo de contribuição e 3 aposentadorias de

professores, o que totaliza 40 entre financeiro e previdenciário, um total de 323 aposentadorias. Nós vamos falar agora das despesas administrativas que são aquelas necessárias para o funcionamento do Guarujá Previdência. Nós tivemos lá o orçamento, a gente, só passar a primeira coluna, né, as classes economias para falar sobre os outros benefícios previdenciários. Na verdade, a gente não fez uso. As vantagens fixas que são os pagamentos do quadro de pessoal, as obrigações patronais, as sentenças judiciais, a obrigação patronal INSS, aliás, desculpa, obrigações patronais aqui seria do plano financeiro e previdenciário, a contribuição patronal dos próprios servidores. A gente não teve subvenção, mil reais o consumo, pagamento de despesas e de locomoção, serviço pessoa física, serviço de pessoa jurídica, serviço de tecnologia da informação, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, obras e instalações, equipamentos e material permanente, aquisição de imóveis. Na primeira coluna, o orçamento inicial foi de 6 milhões. O orçamento atualizado permaneceu em 6 milhões. As despesas empenhadas, até esse quadrimestre, foram 4 milhões e 545. As despesas liquidadas, 2 milhões 280. E a despesa paga também no mesmo valor, 2 milhões e 280. É nesse quadro aqui a gente só faz um demonstrativo mês a mês do que a gente recebe e do que a gente paga de taxa administrativa. Na parte, na coluna do repasse, nós recebemos até agosto um total de 2 milhões e 422 mil reais. Como a prefeitura, Câmara Guarujá Previdência, né? Tão, tão aportando valores até pelo menos até o primeiro semestre de 2021 para custear as despesas administrativas do Instituto, tá? E na despesa, essas outras receitas correntes são receitas de devoluções de algum, de folha de pagamento e as despesas, a gente não teve devolução de juros e nem devolução de juros e transferência, a gente não teve juros também e as nossas despesas até agosto totalizaram 2 milhões 336 mil reais. É só mesmo um demonstrativo para visualização. Pode passar, André. Aqui são as compras e licitações efetuadas nesse quadrimestre. A maioria de nós não tivemos nenhuma, nenhuma licitação, né? Então todos foram por dispensa. A gente teve o seguro, nesse exercício, a gente como é um pouco menor lá, a gente tem bem menos coisas. Então tivemos aí o seguro do carro, a contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância, fonte de alimentação, compra de serviços de tecnologia, material, material alimentício, né, café,

açúcar. E a gente vê inscrição, espera aí que eu não tô conseguindo enxergar. A inscrição no encontro jurídico, hospedagem, passagens, curso, avaliação, inscrição também no pregão, exames admissional, aquisição de aparelhos telefônicos e inscrição em cursos. E é só isso. Pode passar. A gente teve aqui o fornecedor, aliás, desculpa, eu falei que não tinha tido licitações, mas a gente teve da TFK, que foi a única. A TFK, a UNODC Tecnologia e Aliança para consultoria atuarial. Pode passar. Aqui a gente colocou por enquadramentos os nossos investimentos, que até agosto totalizaram 853 milhões e 764 mil. Nós abrimos aqui o artigo 7, por conta de renda variável, a renda variável o totalizaram 472 milhões e 649 mil. Desculpa, gente, renda fixa, tá? Totalizou 472 e 649. Renda variável 284 milhões e 971. E investimentos no exterior 96 milhões e 43 mil reais. Pode passar. Nós colocamos aqui, é basicamente a mesma coisa, só que o benchmark sobre cada ações indexadas, ações livres, ações setoriais, DRCDI, crédito privado FIP, fundo imobiliário, gestão IBOVESPA e IDK-2 e IDK-25A, IMA-B, IMA-B5, IMA-B5+ geral, IPCA, RFM, ISE livre, multimercado, são as nossas variáveis que a gente tem de investimento. Pode passar. E aqui a gente separou os quadrinhos por gestor, tá? São todas as instituições que temos investimentos. A gente tem na ZQuest, XP, Banco do Brasil, Bradesco, BTG Pactual, Caixa Econômica, Constância, Daycoval, Genial, Legatos, XP, Ecatu, Itaú, Alcança, Safra, Santander, [INITI - 1:14:45], que totalizam os 853 milhões e 664 mil. Aqui também é só um quadro para a gente visualizar bem o quanto que a gente teve de saldo anterior, de cada mês, mês a mês e totalizamos, tivemos um retorno de 13 milhões e 256 mil e finalizamos agosto com 853 milhões e 664 mil reais. Aqui também está a evolução do patrimônio, né? Desde 2005. Pode passar, é só um comparativo mesmo. E aqui foi como a gente terminou o mês de agosto, tá? Com 93 mil em caixa, os investimentos: 85 mil e 660, ô, 853 milhões e 664 mil e da reserva 17 milhões e 373, totalizando um recurso de 871 milhões e 131 reais, 131 mil. A parte do atendimento aqui também, tivemos em 2020, em 2021 350 atendimentos, abertura de processos, 2020, 351, a gente só fez esse comparativo. Atendimento por telefone, e-mail e WhatsApp até esse quadrimestre foi de 4 mil 938. Em 2020, 3961. Agendamento, simulações e plantões tira dúvidas: 1703 mil em 2021 e 116 em 2020. Perícias e juntas médicas, 80, em 2021 e 2 em 2020.

Atendimento social: 262 em 2021, em 2020, 69. Programas de preparação de aposentadoria: 4 em 2021 e 3 em 2020. Nós tivemos aí um momento: 5 milhões e 807 em 2021 e 4 milhões 492 em 2020. E é só isso mesmo, viu, gente? Se tiver alguma dúvida, o que eu puder responder nessa parte orçamentária aí.

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: Obrigado. Eu queria registrar a presença da vereadora Ariani Paz junto conosco. Pessoal, tendo em vista o adiantado da hora, eu vou deixar pergunta uma para cada pessoa, se assim permitir, tá bom? Se você tiver duas ou mais, não vou te dar essa liberdade até para a gente poder andar com o horário, tá bem? Então tá aberta as perguntas aí, por favor.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Vereador, eu sei que limitou em uma pergunta apenas, mas eu fiz algumas anotações aqui que eu acho que é minha pergunta ela vai acabar passando um pouquinho, entendeu? Porque na realidade, como estamos diante de uma audiência pública, é necessário que a gente tire essas dúvidas, até porque é da nossa competência fiscalização em cima de tudo o que está sendo apresentado. Então, se porventura não der ou se não tiver oportunidade, a gente tem que encontrar algum outro meio aqui, tá bom?

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: Como o senhor é o que tem mais perguntas, acredito que nem todos que tem entendeu, vereador? Então, o senhor faça se eu faça as suas perguntas ou mais, não tem problema, só para que não se estenda.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Claro, obrigado, obrigado. Obrigado pela explanação, também foi muito importante, né? Com relação ao cálculo atuarial, como é que está sendo investido esses valores? Você poderia comentar a respeito ou não?

CONTADORA DA GUARUJÁ

PREVIDÊNCIA LILIANE DA SILVA E SILVA: Bom, o Wesley não

pode estar aqui, eu confesso não ser a melhor pessoa para falar sobre cálculo. Mas você tá falando dos investimentos que nós, do recurso que temos para investimento, é isso?

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: É.

CONTADORA DA GUARUJÁ

PREVIDÊNCIA LILIANE DA SILVA E SILVA: A gente tem um comitê de investimento, né? Quem faz toda essa assessoria e acho que até melhor pessoa para falar aqui é a Luciele sobre investimento, mas a gente tem também uma consultoria de investimento e a gente antes das decisões a gente sempre faz as consultas, né? A gente também tem uma política de investimento que ela determina quanto que a gente deveria investir, quanto que a gente tem que alocar em cada renda variável e renda fixa. Então, a gente tem, segue um padrão, né? Até porque não pode ser muito fora disso.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Tá, ok. E com relação também as taxas administrativas que são cobradas dos funcionários públicos, né? Conseguiria também discorrer de que forma elas estão sendo investidas?

CONTADORA DA GUARUJÁ

PREVIDÊNCIA LILIANE DA SILVA E SILVA: Taxa administrativa?

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: É, que são cobradas.

CONTADORA DA GUARUJÁ

PREVIDÊNCIA LILIANE DA SILVA E SILVA: Na verdade, a gente tem a taxa administrativa, o cálculo da taxa, ela é a base de contribuição do ano anterior, tá? Então no ano anterior agora com a nova portaria 951, 19951, ela mudou essa questão. Então vai ser a base contributiva dos servidores ativos, ou seja, para gente fazer o cálculo da taxa, a gente faz um levantamento de quanto que foi no ano anterior todas as bases de contribuição dos entes do município, Prefeitura, Câmara e Guarujá Previdência. A gente levanta esse valor

e a gente aplica pela legislação hoje em 1%. Então ela tá limitada em 1% para a gente fazer o gasto no ano seguinte, ou seja, a nossa taxa administrativa de 2022 vai ser baseada no cálculo feito na base contributiva de 2020.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Sim, mas onde que elas estão sendo investidas? Porque ela é cobrada do funcionário público, né? Essas taxas?

CONTADORA DA GUARUJÁ

PREVIDÊNCIA LILIANE DA SILVA E SILVA: Não, na verdade não. Você está falando da contribuição do servidor?

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Da taxa administrativa, é.

CONTADORA DA GUARUJÁ

PREVIDÊNCIA LILIANE DA SILVA E SILVA: Porque a gente tem duas coisas diferentes, tá? A taxa administrativa, a taxa administrativa é o recurso que a gente usa para fazer pagamento das despesas do Instituto, tá? Essa é apartada da contribuição do servidor. A contribuição do servidor ela entra na nossa conta corrente, a gente separa o que vai ser pago de benefício no mês e o restante a gente faz aplicação financeira, tá? Então, assim, a gente tem que pensar nessa separação.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Entendi, então na realidade uma cobrança, ou seja, na realidade, ela já é uma despesa fixa e a outra, na realidade, ela é através dessa contribuição, que a senhora chamou, no caso que eu citei de taxa administrativa, ela é então, ela é utilizada e ela vai para a conta corrente para, então, ser aplicada de alguma forma, é isso?

CONTADORA DA GUARUJÁ

PREVIDÊNCIA LILIANE DA SILVA E SILVA: Isso, a gente recebe as contribuições da Prefeitura, Câmara e Guarujá Previdência. Desse recurso, a gente não faz uso desse recurso para fazer pagamento de taxa administrativa, a gente usa esse recurso para fazer pagamento

de benefício previdenciário, ou seja, aposentadoria e pensões, tá? Então , vamos pegar um exemplo prático, recebemos 4 milhões de contribuição do servidor na conta, né? Esse mês deu 1 milhão e 500 de pagamento de aposentadoria, então esses 2 milhões e 500 excedentes vão ser aplicados e para pagamento de aposentadoria futura. Então, hoje, a gente consegue fazer isso, entrou 4 milhões? 1 milhão e 500 é para pagar aposentadoria do mês e os 2 milhões e 500 fazer aplicação financeira que a gente vai fazer o uso lá para frente.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Entendi.

CONTADORA DA GUARUJÁ

PREVIDÊNCIA LILIANE DA SILVA E SILVA: Ficou claro? Porque realmente eu confesso não ser a melhor pessoa para fazer esse tipo de explicação.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Tá. E foi citado também que há custos com passagens e hospedagens. A senhora poderia discorrer alguma coisa a respeito, qual seria essa finalidade, né, dessas passagens e hospedagens?

CONTADORA DA GUARUJÁ

PREVIDÊNCIA LILIANE DA SILVA E SILVA: A sim, a capacitação, ela é um dos pilares, né? A gente tem que ter o pessoal capacitado, tanto servidores quanto conselheiros e quem mais interessar. Então, a gente tem esses encontros, esses congressos que trazem muita, como é que eu posso usar, informação e atualização para todo mundo, né? E a gente faz o envio justamente. A maior parte a gente tá investindo bastante nos conselheiros, né? E nos servidores da autarquia, então é mais nessa questão de capacitação mesmo. Então quando a gente vai fazer no estado, no outro estado, a gente tem que fazer não só as inscrições, mas a questão da despesa com passagens, com hospedagem também.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Entendi. Tá ok. E com relação também, não sei se a senhora

seria a pessoa mais apta a responder essa pergunta, também. Deixo em aberto para qualquer pessoa, né, da equipe, né, que possa estar nos ajudando aqui, tá bom? Com relação aos contratos de gestão, como é feito o pagamento desses contratos? É de forma parcial mensal ou de forma integral, ligados à saúde?

CONTADORA DA GUARUJÁ

PREVIDÊNCIA LILIANE DA SILVA E SILVA: Ligados ao que? Me desculpe?

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: A saúde. Com relação, né, aos contratos de gestão, como é feito os pagamentos desses contratos ligados à saúde? É de forma mensal parcelado ou de forma integral?

CONTADORA DA GUARUJÁ

PREVIDÊNCIA LILIANE DA SILVA E SILVA: Na verdade, a gente não tem contrato diretamente ligada à saúde. Tá, mas a gente não tem contato diretamente ligado à saúde. Os contratos que a gente faz o pagamento por lá são para fazer o pagamento dos recursos normais, né, não tem nenhum contrato com saúde, tá? Só para deixar claro isso.

VEREADOR ANDERSON FIGUEIRA

LOPES: Tá bom. Agradeço a resposta.

CONTADORA DA GUARUJÁ

PREVIDÊNCIA LILIANE DA SILVA E SILVA: Agora chegou aqui nosso diretor-presidente, acho que ele é a melhor pessoa para explanar bem qualquer dúvida.

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: Queria deixar a palavra para o nosso amigo Frediani que pediu para falar também.

SERVIDOR MARCELO FREDIANI:

Olá, bom dia. Meu nome é Marcelo Frediani sou servidor aqui da

Casa. Tenho uma pergunta a respeito dos investimentos. Tudo bom, Edler?

DIRETOR PRESIDENTE DA GUARUJA PREVIDENCIA EDLER ANTONIO DA SILVA: Tudo bom, meu amigo?

SERVIDOR MARCELO FREDIANI:
Eu vi ali na apresentação que tinha uma lista de instituições financeiras que estão aportados os investimentos da Guarujá Previdência. E a pergunta é assim, tem algum investimento em imóvel, em fundo imobiliário? E eu vi ali alguns investimentos com rentabilidade negativa. Qual é a periodicidade de revisão de aplicação nos diversos fundos de investimento? Como que é essa análise quando esses fundos estão negativos?

DIRETOR PRESIDENTE DA GUARUJA PREVIDENCIA EDLER ANTONIO DA SILVA:
Primeiramente eu gostaria de cumprimentar todos com bom dia. Peço desculpas pelo meu atraso, eu estava numa reunião do conselho de administração da Guarujá Previdência com alguns assuntos um pouco importante também, esse também para nós é de suma importância, mas não havia como nós estarmos em duas reuniões no mesmo horário por isso que a gerência de planejamento, contabilidade, orçamento e finanças veio, e eu esperava que a reunião lá terminasse um pouquinho antes, mas ela ainda está ocorrendo e assim que acabamos de discutir a questão atuarial, que ela é urgente no município, eu corri para cá. Então, peço novamente desculpas. Entrando na questão levantada pelo Frediani, é importante ressaltar que nós temos aqui a contadora da prefeitura Lucielma que é a nossa gestora de investimento no comitê de investimentos, porque as decisões em investimentos na Guarujá Previdência atendendo as normas federais, elas não são tomadas pela diretoria executiva. A diretoria executiva, ela executa as decisões de investimento observando o que o comitê de investimentos analisa no cenário nacional e até mundial porque hoje nós temos investimentos no exterior porque a legislação também mudou e esse órgão que é de

assessoria, o comitê de investimentos, ele se reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, geralmente, no mínimo, duas reuniões por mês. E a Lucielma que é contadora na Prefeitura ela é a nossa gestora de investimentos, inclusive nos registros no Ministério do Trabalho e Previdência. A sua pergunta é com relação se tem algum investimento em fundos de imóveis, né? Não temos diretamente em imóveis, mas temos um que é fundo imobiliário e ele foi demonstrado, o Icatu.

CONTADORA DA GUARUJÁ

PREVIDÊNCIA LILIANE DA SILVA E SILVA: Não, é um Fundo Rio Branco junto com a Caixa Econômica, mas ele não representa 0,5% da nossa carteira. É um fundo antigo, a gente entrou nele em 2014 ou 2015, fundo imobiliário é o único que nós temos. Acredito que hoje ele represente 0,5% da carteira da Guarujá Previdência.

DIRETOR PRESIDENTE DA

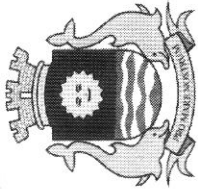
GUARUJA PREVIDENCIA EDLER ANTONIO DA SILVA: E complementando a resposta, qual periodicidade que nós avaliamos? O comite todos os meses se reúne havendo qualquer urgência e obrigatoriamente, assim que são feitos os repasses, a gente organiza ja os investimentos. Mensalmente Prefeitura, Câmara Municipal e a autarquia recolhem as contribuições previdenciárias dos segurados, repassam a parte individual de cada servidor e a parte patronal desses órgãos, o volume da mais de 9 milhões mensais e nós temos que decidir onde esse dinheiro vai ser alocado. Além de todo o volume da carteira de mais de 800 milhões, se vai ter algum investimento para investir em outra modalidade, né, porque, outro segmento, porque tem que acompanhar os rendimentos se estão negativos ou positivos, a marcação é a mercado, determina-se que todos os meses observa-se qual a evolução do investimento, mas aparecer negativo no demonstrativo não quer dizer que haja perda para nós porque é no momento nessa marcação a mercado nesse mês, ela está negativo, mas no mês que vem pode ser que ela altere para positivo ou daqui um ano porque os investimentos não são para curto prazo, eles são para longo prazo, no mínimo cinco anos. A gente tem que observar assim, óbvio, se a gente observar o comportamento do mercado e

aquele fundo que no momento que foi decidido fazer um investimento nele era propício e depois de um ano verificou-se que não é a melhor estratégia ou porque houve um desenquadramento passivo, esse desenquadramento passivo ocorre porque você tem que ter limites percentuais para cada tipo de fundo, renda fixa ou variável, e aí você tem os segmentos ali é obrigado a fazer análise para fazer investimentos e investimentos. Isso o comitê é preparado, nós temos a presidente, que não está aqui, ela está de férias, a Leidiane que ela é CEA, nós temos, todos são certificados com CPA-10, CPA-20, então nosso diferencial nos investimentos é ter uma equipe muito bem qualificada e que se prepara, participa dos eventos. Nós recentemente tivemos uma participação no evento em Florianópolis em que todas as RPPS do Brasil participou para atualizar as informações tivemos um outro em São Paulo, no mês passado também, ou seja, nós temos que tem muita, muita atualização, muito dinamismo nessa avaliação e ela é ativa, a gente faz uma gestão ativa.

VEREADOR APARECIDO DOS

SANTOS: Mais alguém tem alguma pergunta? O senhor tem mais alguma pergunta? Waguinho? Mais alguma pergunta? Todas foram esclarecidas da audiência pública. Então, este Vereador, Aparecido dos Santos, declara encerrada exatamente às 11 horas e 50 minutos a audiência pública de prestação de contas referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2021. Muito obrigado a todos, tenham todos um ótimo dia.

ANEXOS



PREFEITURA DE
Guarujá

SECRETARIA DE FINANÇAS
Diretoria de Contabilidade

Evento: **AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2º QUADRIMESTRE 2021**
Local: **CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ, EM 30 DE SETEMBRO DE 2021, ÀS 10 HORAS**
LISTA DE PRESENÇA

Fl. 01/03

NOME COMPLETO	R.G.	ENTIDADE	OUTROS	ASSINATURA
ANDRÉ PELLEGRINI RIBEIRO	25092992-7	PREFEITURA	SEFIN COM	
Wenderson Ferreira Furtado	2117341-X	PREFEITURA	SEFIN COM	
CLAU DIO LUIZ DA SILVA PINTO	8.098951-0	PREFEITURA	SEFIN COM	
GUILHERME DA COSTA LOPES	10.041.566	CÂMARA	CONTADORIA	
CRISTIANO AP. DE SAUZA	34.641.448-9	CÂMARA	CONTADORIA	
MARCIO JOSÉ DA SILVA FERREIRA	18.995.182-5	CÂMARA	COM. FINANÇAS	
APARECIDA DOS SANTOS	29536-316-2	VEREADOR	COM. FINANÇAS	
FEDERANDA MARQUES	22.916.518-7	VEREADOR	COM. FINANÇAS	
DIVANA SANTOS CONCEIÇÃO	43.790.152-X	CÂMARA	COM. FINANÇAS	
ANDRUSSEL FERREIRA L	20.216.74	CÂMARA	COM. FINANÇAS	
WAGNER DOS S. VAVUB	197.533.5081	CÂMARA	COM. FINANÇAS	
BRUNO ANDRÉ F. LIMA	27.564.344.310	CÂMARA	COM. FINANÇAS	
ARÃO SANTOS SANTANA	20824799-3	CÂMARA	COM. FINANÇAS	



PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!



Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

2º Quadrimestre 2021



PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

RECEITA



- A Receita Total no 2º Quadrimestre de 2020 atingiu o montante de **R\$ 1.022.178.472,66.**
- A Receita Total no 2º Quadrimestre de 2021 atingiu o montante de **R\$ 1.161.429.260,84.**
- Ocorreu a diferença de **R\$ 139.250.788,18 *motivada principalmente pelo aumento de arrecadação prevista, principalmente nas Receitas de Capital.***
- Dessa forma a **Receita Total arrecadada de 2021 representa 113.62% da receita arrecadada de 2020**, conforme segue:

Receita Arrecadada 2020	Receita Arrecadada 2021	Diferença	%
R\$ 1.022.178.472,66	R\$ 1.161.429.260,84	R\$ 139.250.788,18	113,62



PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

Quadros Comparativos das Receitas



Receitas	RECEITA TOTAL		2021 x 2020 (c/a)
	2020	2021	
	Arrecadada no 2º quadrimestre (a)	Arrecadada no 2º quadrimestre (c)	
Receitas Correntes	994.132.640,35	1.117.956.549,84	112,46
11- Receita Tributária	533.447.520,88	632.568.616,15	118,58
12- Receita de Contribuições	12.345.349,16	13.126.283,42	106,33
13- Receita Patrimonial	3.015.337,91	3.466.146,70	114,95
16- Receita de Serviços	152.370,87	243.336,93	159,70
17- Transferências Correntes	431.716.210,62	446.386.718,62	103,40
19- Outras Receitas Correntes	13.455.850,91	22.165.448,02	164,73
Receitas de Capital	63.148.643,34	88.994.780,35	140,93
21 Operações de Crédito	49.784.464,43	58.588.608,65	117,68
22- Alienação de Bens	186.500,00	132.250,00	70,91
24- Transferências de Capital	12.746.610,34	29.141.993,82	228,63
29- Outras Receitas de Capital	431.068,57	1.131.927,88	262,59
9 - Deduções da Receita	35.102.811,03	45.522.069,35	129,68
TOTAL	1.022.178.472,66	1.161.429.260,84	113,62



PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

RECEITAS TRIBUTARIAS				
Receitas	2020		2021	2º quadrimestre 2021x2020 (c/a)
	Arrecadada no 2º quadrimestre (a)		Arrecadada no 2º quadrimestre (c)	
Receitas Tributarias	533.447.520,88		632.568.616,15	118,58
111.0.00- Impostos	491.482.627,96		586.918.137,07	119,42
111.2.02- IPTU	305.517.548,65		342.365.272,57	112,06
111.2.08- ITBI	30.464.973,40		64.970.510,54	213,26
111.3.00- ISSQN	104.689.412,34		132.167.915,74	126,25
111.2.04- IRRF	50.810.693,57		47.414.438,22	93,32
112.0.00- Taxas	41.874.059,00		45.521.312,04	108,71
113.0.00- Contribuição Melhoria	90.833,92		129.167,04	142,20
TOTAL	533.447.520,88		632.568.616,15	118,58



Comparando com o ano anterior

- 2020 - até o 2º Quadrimestre – R\$ 533.447.520,88
- 2021 - até o 2º Quadrimestre – R\$ 632.569.616,15

O valor arrecadado das **RECEITAS TRIBUTÁRIAS** até o 2º quadrimestre de 2021 representou **aumento de 18,58% do valor arrecadado** no mesmo período no ano anterior.



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA				
Especificações	SET/2019 - AGO/2020	SET/2020 - AGO/2021	% 2021 / 2020	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.580.132.318,94	1.708.151.890,44	108,10	
Receitas Tributárias	830.537.481,92	893.951.785,53	107,64	
Impostos	686.384.216,17	749.757.553,71	109,23	
IPTU	473.819.526,25	461.916.300,67	97,49	
ITBI	46.250.205,80	97.275.743,66	210,32	
ISSQN	166.314.484,12	190.565.509,38	114,58	
Outras receitas (taxas + CM + IRRF)	144.153.265,75	144.194.231,82	100,03	
Receita de Contribuições	65.407.851,25	73.932.856,19	113,03	
Receita Patrimonial	25.319.633,05	52.405.294,69	206,97	
Receita de Serviços	245.858,19	391.973,02	159,43	
Transferências Correntes	629.811.862,61	656.678.299,27	104,27	
Cota-Parte do FPM	71.382.873,17	86.823.749,57	121,63	
Cota-Parte do ICMS	140.618.654,60	177.073.957,44	125,92	
Cota-Parte do IPVA	34.959.328,72	40.548.479,28	115,99	
Cota-Parte do ITR	24.290,60	39.637,52	163,18	
Transf. Da LC 87/1996	-	607.282,07	-	
Transf. Da LC 61/1989	951.839,02	1.385.723,28	145,58	
Transf. Do FUNDEB	150.919.740,91	183.629.183,91	121,67	
Outras Transferências Correntes	230.955.135,59	166.570.286,20	72,12	
Outras Receitas Correntes	28.809.631,92	30.791.681,74	106,88	
DEDUÇÕES (II)	114.526.136,91	126.343.407,79	110,32	
Contr. para o Plano de Prev.	66.140.948,85	66.440.545,93	100,45	
Dedução de Rec. p/Form. Fundeb	48.385.188,06	59.902.861,86	123,80	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.465.606.182,03	1.581.808.482,65	107,93	
Emendas da uniao	(750.057,28)	597.415,62	(79,65)	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	1.464.856.124,75	1.582.405.898,27	108,02	



PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

DESPESA



DESPESA TOTAL					
Grupo de Despesas	Orçamento Fixado Anual (a)	Orçamento Atualizado	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Despesas Correntes	1.314.215.000,00	1.436.542.447,20	1.067.515.725,97	881.815.656,17	803.094.484,46
Pessoal e Encargos	581.045.000,00	579.796.640,18	377.593.572,13	377.119.073,26	375.569.328,63
Juros e Enc. Da Dívida	19.610.000,00	14.632.000,00	14.631.500,00	10.081.973,12	10.081.973,12
Outras Despesas Correntes	713.560.000,00	842.113.807,02	675.290.653,84	494.614.609,79	417.443.182,71
Despesas de Capital	307.386.000,00	340.852.868,14	221.927.976,15	131.666.701,61	112.421.185,49
Investimentos	287.186.000,00	320.302.568,72	201.377.837,96	119.685.584,36	100.440.068,24
Amortização da Dívida	20.200.000,00	20.550.299,42	20.550.138,19	11.981.117,25	11.981.117,25
Reserva de Contingência	1.905.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Intra Orçamentaria	61.971.000,00	64.245.688,35	41.724.005,83	41.724.005,83	36.062.191,56
Total	1.685.477.000,00	1.841.641.003,69	1.331.167.707,95	1.055.206.363,61	951.577.861,51



PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

DESPESA

% EMPENHADO – 2º. QUADRIMESTRE DE 2021			
Grupo de Despesas	Orçamento Atualizado	Despesa Empenhada	% EMPENHADO
Despesas Correntes	1.436.542.447,20	1.067.515.725,97	74,31%
Despesas de Capital	340.852.868,14	221.927.976,15	65,11%
TOTAL	1.777.395.315,34	1.289.443.702,12	72,55%



PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

DESPESA

% LIQUIDADO – 2º. QUADRIMESTRE DE 2021			
Grupo de Despesas	Orçamento Atualizado	Despesa Liquidada	% Liquidado
Despesas Correntes	1.436.542.447,20	881.815.656,17	61,38%
Despesas de Capital	340.852.868,14	131.666.701,61	38,63%
TOTAL	1.777.395.315,34	1.013.482.357,78	57,02%



Comparando com o ano anterior 2º. Quadrimestre

COMPARATIVO COM O ANO ANTERIOR – 2º. QUADRIMESTRE			
DESPESA	2020	2021	%
			2021/2020
EMPENHADA	1.382.111.817,72	1.331.167.707,95	96,31%
LIQUIDADADA	953.109.582,67	1.055.206.363,61	110,71%
PAGA	884.168.587,61	951.577.861,51	107,62%



DESPESA COM PESSOAL **(PODER EXECUTIVO E GUARUJA PREVIDENCIA)**

- As **despesas totais com pessoal** nos últimos 12 meses, encerrados em agosto de 2021, 2º quadrimestre, foram de **R\$ 687.960.055,35**.
- A **Receita Corrente Líquida** de **R\$ 1.582.405.898,27** no mesmo período.
- Representando um percentual de **43,48%** da RCL e, portanto, dentro do limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 54% para o município.
- Obs.: Ao final do **2º. Quadrimestre de 2020** o índice era de **42,93%**.



PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

ANÁLISE COMPARATIVA RECEITA X DESPESAS



- A Receita até o 2º quadrimestre de 2021 foi de **R\$ 1.161.429.260,84.**
- A Despesa empenhada de **R\$ 1.331.167.707,95.**
- Houve a Liquidação de **R\$ 1.055.206.363,61.**
- E foram Pagos **R\$ 951.577.861,51.**



- **Resultado Primário:(1)**

No encerramento do 2º quadrimestre de 2021, o Resultado Primário apurado foi de **R\$ 80.026.370,08** conforme demonstrativo abaixo:

Receita Primaria Líquida	1.138.701.228,62
Despesa Primaria Líquida	(-) 1.058.674.858,54
Resultado Primário	80.026.370,08

(1) Através desse resultado verifica-se o impacto da política fiscal em execução.



Receitas Primárias (I) – Correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações.

Despesas Primárias (II) – Correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

Resultado Primário (III) = (I - II) – Indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.



RESULTADO PRIMÁRIO		
Descrição	Valores	Valores
	2020	2021
I - Receitas Primárias Correntes	985.117.330,37	1.108.295.056,92
II - Receitas Primárias de Capital	13.364.178,91	30.406.171,70
III - Receitas Primárias Líquidas (I+II)	998.481.509,28	1.138.701.228,62
IV - Despesas Primárias Correntes	896.760.865,77	932.418.598,45
V - Despesas Primárias de Capital	80.454.034,83	126.256.260,09
VI - Despesas Primária Líquidas (IV+V)	977.214.900,60	1.058.674.858,54
RESULTADO PRIMÁRIO (III-VI) acima da linha	21.266.608,68	80.026.370,08



RESULTADO NOMINAL		
Descrição	SALDO	SALDO
	31/12/2020	31/08/2021
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	876.899.805,22	891.993.289,63
Ativo Disponível	194.508.141,68	231.827.646,69
Haveres Financeiros	7.633.026,09	9.183.953,55
(-) Restos a Pagar Processados	-110.222.745,95	-40.788.134,57
DEDUÇÕES (II)	91.918.421,82	200.223.465,67
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I-II)	784.981.383,40	691.769.823,96
RESULTADO NOMINAL Abaixo da linha		93.211.559,44
(-) VARIAÇÃO DO SALDO DO RPP		-69.434.611,38
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC		128.913.748,71
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO		152.690.696,77



DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Descrição	31/08/2020	31/08/2021
Dívida Contratual (Bco Brasil)	16.880.605,60	15.764.403,30
Financiamentos	91.284.600,35	168.045.627,82
Precatórios	302.920.714,67	574.999.630,89
Previdência Social	125.964.099,68	128.913.748,71
Outras Dívidas	1.656.892,57	4.269.878,91
Sub Total	538.706.912,87	891.993.289,63
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	538.706.912,87	891.993.289,63
Ativo Disponível	252.496.614,48	231.827.646,69
Haveres Financeiros	7.609.342,31	9.183.953,55
(-) Restos a Pagar Processados	(52.299.150,25)	(40.788.134,57)
DEDUÇÕES (II)	207.806.806,54	200.223.465,67
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I-II)	330.900.106,33	691.769.823,96
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.465.456.182,03	1.581.805.898,27
% DA DÍVIDA CONSOLIDADA SOBRE A RCL	36,76%	56,39%
% DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA SOBRE A RCL	22,58%	43,73%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO SENADO FEDERAL (120%)	1.758.547.418,44	1.898.167.077,92
LIMITE DE ALERTA 90%	1.582.692.676,59	1.708.350.370,13



PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

Prefeito Municipal de Guarujá

Válter Suman

Secretário Municipal de Finanças

Francisco José Rocha

André Pellegrini Ribeiro

Guarujá Previdência

Edler Antonio da Silva

Liliane da Silva e Silva

Prefeitura Municipal de Guarujá

Estado de São Paulo – Av. Santos Dumont, 800

CEP: 11432-440 – Fone/Fax: 13 3308-7000

www.guaruja.sp.gov.br